

CAPÍTULO 5

A DÉCADA DE 90 E SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS DE GESTÃO EDUCACIONAL DO BRASIL ATUAL

Alan Lima Gomes

Licenciado em Pedagogia em Letras e em Direito, e especialista em Gestão Escolar

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações entre gestão educacional, política e educação, focando nas discussões e transformações ocorridas nesta área no Brasil durante a década 90, virada do século XX para o XXI. O estudo foi feito utilizando-se de metodologia bibliográfica, e num primeiro momento traz discussões sobre gestão educacional, partindo-se em seguida para um debate sobre políticas educacionais e políticas públicas para, enfim, trazer para o leitor a análise sobre a década de 1990 e seus reflexos na educação da atualidade. A partir disso, espera-se que a análise das informações coletadas possa evidenciar e expor algumas reflexões sobre as relações entre gestão, política e educação, além de demonstrar como a educação deve ser entendida não como um produto, mas como um processo capaz de libertar o sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gestão Educacional. Políticas Públicas. Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

Na década de 1990, época na qual ocorreu uma intensificação de embates em torno do plano político-ideológico no Brasil devido à busca da sociedade por redemocratização, os estudos sobre Gestão Educacional começaram a se proliferar, se tornando tema recorrente na literatura educacional. Apesar de ter sido inscrita na legislação educacional brasileira como um princípio constitucional (BRASIL, 1998), não existe apenas uma definição possível para Gestão Educacional.

Neste período, uma concepção que tentava tratar a educação como produto, pautando a gestão educacional por moldes geralmente aplicados ao mercado estava em voga na política. Assim, o Estado, detentor da responsabilidade sobre a educação, estava subordinado aos grupos que defendiam tal ponto de vista, desenvolvendo ações que se apresentaram como entraves ao desenvolvimento de uma gestão democrática da educação.

Considerando a força que ala direitista da política brasileira ganhou nos últimos quatro anos, e de como esta compartilha esta visão mercantilizada de educação, este trabalho busca trazer algumas discussões sobre o tema, obtidas por meio de um estudo bibliográfico.

Para isto, serão apresentadas algumas discussões sobre o conceito de gestão democrática, buscando demonstrar suas diferenças em relação à administração educacional, antigo termo utilizado na área. Também serão apresentadas algumas discussões que levam em conta a natureza das políticas educacionais dentro das políticas públicas. Por fim, serão apresentadas as questões enfrentadas pela gestão educacional no contexto da reforma educacional de 1990, quando foram implantadas as noções de gestão educacional citadas acima.

ADMINISTRAÇÃO X GESTÃO EDUCACIONAL: UMA DISCUSSÃO

Gestão Educacional é um conceito que surgiu na educação graças a uma troca de paradigma ocorrida nesta área. Implica reconhecer o valor da participação consciente e esclarecida de gestores no seu trabalho e encontra-se ligado ao desenvolvimento da democratização no processo pedagógico, através da participação responsável e fundamentada de todos os envolvidos na tomada e efetivação de decisões, buscando resultados significativos com efetividade (LUCK, 1997).

O diretor é cada vez mais obrigado a levar em conta a ideia de democracia, que leva os profissionais envolvidos no processo educacional a possuírem uma maior participação neste; e isto estaria unido a uma necessidade de transversalidade entre o pedagógico e o político dentro do trabalho administrativo (KOSIK, 1976). Dessa maneira, métodos antigos de administração educacional, apesar de ainda necessários, se mostraram incapazes de conduzir o trabalho da direção, levando em conta esta nova dimensão. A dinâmica da realidade fez com que seus componentes se resignificassem, o que levou à mudança de termo, de “administração” para “gestão” educacional.

Desenvolver qualidade no ensino é um objetivo vinculado a uma orientação global e abrangente, com uma visão de longo prazo localizada nas estimulações próximas e do momento. Ao longo do histórico da educação no Brasil, é possível perceber a tomada de ações isoladas na tentativa de melhorar a educação, o que tem se mostrado como uma medida paliativa. A falta de articulação das ações pode explicar o fracasso e a ineficácia, tanto dos esforços quanto das despesas promovidos pelas instituições educacionais.

Casos podem demonstrar que, mesmo com a existência de alguns instrumentos, tais como boas condições físicas e materiais e boa proposta pedagógica, que podem ajudar a desenvolver um sistema de ensino de qualidade, a falta de articulação e de uma noção de ação conjunta podem torná-los ineficazes. Considerando isto, é possível afirmar que para o desenvolvimento de uma educação de qualidade ainda falta uma visão global das instituições de ensino como instituições sociais, com a capacidade de desenvolverem trabalhos pedagógicos em sintonia dentro de um todo. Desenvolver tal sintonia seria responsabilidade da gestão escolar, que deveria buscar dinamizar e coordenar o processo buscando atender demandas educacionais da sociedade, focando em tecnologia e conhecimentos (LUCK, 1997).

A promoção de uma gestão da educação democrática está assentada sobre a divisão de tarefas na tomada de decisões, entre todos os níveis de autoridade e segmentos dentro deste sistema. Assim, cada unidade de ensino poderia buscar soluções para seus problemas internamente, alcançando saídas mais adequadas às necessidades de cada uma, segundo as noções de autonomia e participação presentes na gestão educacional. Além destas duas, há também a noção de autocontrole, responsável por construir o equilíbrio entre as duas primeiras e evitar que o espontaneísmo tome espaço; e a de responsabilidade, demonstrada através das ações de comprovação pública de trabalho e pelos esforços para melhorá-lo (VALÉRIEN, 1993).

Buscando desenvolver ações através da democracia e autonomia, alguns membros de unidades sociais mostram aversão a normas que possuam o objetivo de estabelecer ordem ou direcionamento ao trabalho educativo. No entanto, estas servem para orientar o trabalho, cultivando relações com bases democráticas e fortalecendo princípios de orientação com capacidade para nortear a construção de uma autonomia.

Assim, a nova maneira de enxergar o trabalho de direção escolar afirma a importância do fato de que as decisões sobre o processo de ensino-

aprendizagem sejam tomadas por pessoas envolvidas diretamente neste. Além disto, a autonomia de uma unidade de ensino não deve fazê-la funcionar à parte de um sistema de ensino, esta liberdade é limitada, já que as iniciativas que devem promover o conjunto só se fazem possíveis graças a uma coordenação geral, que oferece flexibilidade e normatização (LUCK, 1997).

O conceito de gestão tem sido utilizado como substituto de administração de forma errada. Ao comparar o que cada um destes conceitos propõe, além de adicionar as alterações que ocorreram na educação e na maneira de geri-la, é possível perceber que existe uma diferença razoável. Assim, o que ocorreu não foi apenas uma substituição de termos referente à maneira de gestão do ensino, já que utilizar ainda hoje a noção de administração da década de 1970 seria um meio de apenas manter aparências, sem eficácia no ensino.

A ideia de gestão educacional acompanha outras noções globalizantes e dinâmicas no âmbito da educação, tais como o destaque para o político e o social e a ação transformadora. Graças à complexidade crescente nas organizações e processos sociais que ocorrem nestas, demonstrada pela diversidade de interesses presentes na dinâmica que envolve os embates ocorridos dentro delas, não é possível continuar seguindo a noção antiga de administração, que considera todos os envolvidos no processo educacional como partes de uma máquina controlada por forças externas a ela. Dentro desta interpretação, os problemas devem ser encarados como problemas de insumos, deixando de lado a dinamização de energia social para promover a educação de qualidade (LUCK, 1997).

Sistemas educacionais e escolas devem ser entendidos como organismos vivos. Logo, por estes serem caracterizados por uma rede de relações entre elementos com a capacidade de interferência no processo de ensino, a direção necessita de uma nova maneira para se organizar. É isto que a gestão educacional tenta trazer, abrangendo a dinâmica do trabalho como uma ação social, que se transforma no ponto chave da orientação da direção de uma unidade de ensino.

Assim, “gestão educacional” substitui “administração educacional” não apenas por trazer novas ideias, mas também um novo paradigma que busca transformar as instituições através da dinamização das relações ocorridas nos seus âmbitos interno e externo, além de estar ligada à transformação de outras dimensões educacionais. Considerando isto, percebe-se como o processo não se baseia apenas numa substituição

terminológica, mas sim na instauração de um novo conceito para organização educacional.

A gestão educacional não pretende apagar a administração educacional, mas sim superar as limitações presentes nesta e redimensioná-la, superando-a e oferecendo um significado mais abrangente e com caráter transformador a ela. Por isto as ações administrativas ainda se mantêm como tarefa dos dirigentes de instituições de ensino. Assim, a consciência sobre gestão educacional, resultado da ligação entre movimento social e democratização organizacional, necessita da participação de toda a sociedade nas tomadas de decisão e capacidade para responder a problemas existenciais e funcionais presentes nas instituições educacionais (LUCK, 1997).

POLÍTICA SOCIAL X POLÍTICA EDUCACIONAL: APONTAMENTOS PARA A ANÁLISE

A Política Educacional seria a reflexão teórica acerca das políticas educacionais, considerando-a como uma das aplicações da ciência política na educação. Já políticas educacionais seriam políticas públicas direcionadas à resolução de problemas referentes a questões educacionais.

Isto pode ser mais perfeitamente entendido através do trecho a seguir:

A Política Educacional (assim, em maiúsculas) é uma, é a Ciência Política em sua aplicação ao caso concreto da educação, porém *as políticas educacionais* (agora no plural e em minúsculas) *são múltiplas, diversas e alternativas*. A Política Educacional é, portanto, a reflexão teórica sobre as políticas educacionais (...) se há de considerar a Política Educacional como uma aplicação da Ciência Política ao estudo do setor educacional e, por sua parte, as políticas educacionais como *políticas públicas que se dirigem a resolver questões educacionais* (PEDRO; PUIG, 1998, p. 53, grifos do autor).

A Política Educacional pode ser situada no plano da teoria. Porém, também existe uma face deste termo relacionada às ideias, que servem como base para que sejam construídas expectativas e tendências referentes às ações tomadas pelo poder público. Logo, tais políticas estão na dimensão política da sociedade, do Estado.

Tratando-se num sentido mais prático, política educacional se refere a ações governamentais. Desse modo, podem expressar a diversidade presente na política educacional de um determinado momento histórico. Lidam também com áreas específicas de ação, por isto é possível encontrarmos políticas diferentes para níveis educacionais diferentes, com cada uma destas podendo se desdobrar em mais políticas. Isto significa que se pode afirmar que a relação entre o conjunto e suas esferas menores muda de acordo com o ponto de vista pelo qual a análise da ação estatal é feita. Assim, tudo dependerá do lugar de onde o pesquisador faz a sua pesquisa, seja ela voltada para uma dimensão macro ou micro de um objeto (VIEIRA, 2007).

Outro aspecto que deve ser levado em conta é como o espaço no qual a politicidade presente na educação se manifesta é representado, traduzindo expectativas de projetos para a sociedade. Esta, por sua vez, transmite seu legado simbólico nos interesses postos no entorno das ansiedades por mudança ou conservação, reinstaurando a ordem ao elaborar visões sobre passado ou futuro. Numa esfera mais concreta dos sistemas educacionais, instituições e poderes mediados por elas, tais políticas podem contribuir para manter ou para mudar uma ordem.

Isto pode ser visto através deste trecho:

na tensão entre mudança e conservação: uma sociedade transmite o seu legado simbólico e, ao mesmo tempo, reinstaura essa ordem quando elabora novas visões sobre o passado e o futuro. No plano mais concreto dos sistemas educacionais que é o campo das instituições e dos poderes mediados por elas, as políticas contribuem tanto a reproduzir uma ordem estabelecida, quanto a transformá-la (ALMANDOZ; VITAR, 2006, p. 34).

Também é importante lembrar que na prática características revolucionárias ou mais conservadoras podem ou não estarem sujeitas a perspectivas mais ou menos progressistas. Há alguns exemplos de políticas que se mantêm a despeito das ideologias. Assim, políticas não são alimentadas apenas por diferenças, o que faz necessário analisar também a ocorrência de continuidades.

Algumas tendências são postas em ação mesmo que independam dos interesses dos gestores. Um destes casos é a descentralização, que tem como principais características a municipalização do ensino fundamental e outras medidas. Esta tendência teve início nos anos 1980 e permaneceu

durante os governos de FHC e Lula. Isto nos faz perceber quando ao analisarmos políticas é necessário especificar sobre qual destas está se falando necessariamente, evitando questões relativas a dúvidas no que se refere a rupturas ou continuidades (VIEIRA, 2007).

Outro elemento que se deve chamar a atenção é a noção errônea de que as políticas têm origem apenas no Estado, como se houvesse uma separação entre formuladores e executores das ações, sem que estas passem pela análise de diversas pessoas. Como processos sociais estabelecidos historicamente, as políticas se dão como um complexo contraditório de condições históricas, em que tais processos demonstram um movimento fruto da disputa entre forças sociais. Graças a isto é necessário que elas sejam captadas dentro de um procedimento mais amplo, que envolve negociações e lutas entre vários grupos envolvidos indiretamente na construção das leis (VIEIRA, 2007).

Apesar de uma ideia estabelecida que considera o poder público como único produtor de políticas, é na relação estabelecida entre os grupos sociais e suas respectivas lutas por interesses que são definidas as maneiras de agir. Por tal motivo é necessário compreender as ações governamentais considerando suas complexidades e capacidades de mudança. Também é necessário lembrar que as disputas sobre a educação podem ser encontradas em todos os níveis governamentais, desde o central até o municipal; e que também há espaços, como órgãos centrais e intermediários presentes no sistema e unidades escolares, que podem ser interessantes para analisar as iniciativas públicas. A abrangência aqui é ampla, o que faz com que este seja um bom campo para o desenvolvimento de iniciativas, desde os suportes materiais até o propriamente pedagógico (VIEIRA, 2007).

Segundo esta perspectiva a escola não pode ser reduzida a um reverso das políticas, sendo na verdade um espaço onde estas são reconstruídas e passam por inovações. Ao superar a crença de que os sentidos das políticas se encontram somente nas propostas governamentais, significações e relações de poder são destrinchadas através de diversos dispositivos e interações. Nesta teia podem ser encontrados os caminhos da inovação, como um processo social que abandona a dicotomia entre governo e escola (ALMANDOZ; VITAR, 2006).

Seguindo este ponto de vista, analisar políticas educacionais requer uma compreensão que não deve se deter às ações executadas pelo Estado em seus diferentes níveis. Ela deve alcançar tanto a escola como seus agentes, sempre tentando enxergar como ideias se materializam na forma de ações, traduzidas ou não na gestão educacional e escolar.

A GESTÃO EDUCACIONAL DURANTE AS REFORMAS DA DÉCADA DE 1990

Atualmente a gestão é tida como um fator de peso para o desenvolvimento da educação básica. No entanto, há várias formas de entendê-la e executá-la, o que faz com que esta seja uma questão que se mantém suscitando reflexões, pesquisas e debates na área de educação. Neste meio uma importante vitória alcançada no plano institucional foi a inscrição do princípio de gestão democrática do ensino na Constituição de 1988 (BRASIL, 1998).

Depois de debates profundos durante os processos de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (SAVIANI, 1997), o princípio foi recolocado pela Lei n. 9394, de 1996 (BRASIL, 1996), sobre a tarefa dos sistemas dentro do processo de disciplina da gestão democrática, possuindo como princípios a participação dos educadores na elaboração do projeto pedagógico das escolas e da participação da população escolar e do seu entorno nos conselhos escolares e equivalentes. Somado a isto, a lei determinou que os sistemas devem assegurar graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira progressivos as escolas públicas (BRASIL, 1996a).

A reforma da administração ocorrida em 1998 foi responsável por introduzir os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da administração pública através da Emenda Constitucional n. 20 (BRASIL, 2001). Estas puseram os elementos importantes na democratização da gestão pública em evidência, se mostrando muito importantes para a educação. A lei n. 10.172, de 2001 (BRASIL, 2001), responsável pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) definiu as normas da gestão democrática como objetivo, além do desenvolvimento de um padrão de gestão que possua entre suas características a descentralização, autonomia escolar e participação da comunidade. No entanto, os parâmetros estabelecidos permitem interpretações diversas.

A virada do século XX para o século XXI foi marcada por transformações profundas em diversos campos, desde o econômico ao ideológico. O processo teve início com o aprofundamento da crise do capitalismo nos anos 1970, que mexeu com as estruturas capitalistas e acabou se tornando uma crise estrutural. A metamorfose do papel do Estado que ocorreu neste período faz parte de um projeto de sociabilidade, cujo

reordenamento do padrão de acúmulo do capital é composto e recomposto levando-se em conta a reestruturação da produção, das inovações tecnológicas, de uma nova divisão internacional do trabalho e da globalização da economia (ALVES; ALVES; FERNANDES, 2014).

O ajuste trazido pelo neoliberalismo, tomando como máximas a não intervenção do Estado nos âmbitos econômico e social foi tão profunda que a alternativa encontrada pelo grupo no poder, feitas a partir das revisões das posições que defendiam um Estado mais enxuto, foi a necessidade de um novo Estado para um mundo em transformação, buscando promover o crescimento da economia, o desenvolvimento social e a defesa de uma terceira via na condução do Estado (MELO; FALLEIROS, 2005).

Esta terceira via seria constituída por um Estado social-liberal. Seus teóricos compartilham com os neoliberais a crença de que a culpa das crises está no Estado, porém, apontam o terceiro setor como possível estratégia. Aqui foram observadas modificações no Estado, com o aumento de redes privadas, parcerias entre a esfera pública e a privada, redução das responsabilidades do Estado em relação às políticas sociais e a transferência para o modelo de gestão gerencial.

Com isto a execução das políticas sociais acaba transferida para a sociedade, em nome da chamada democratização da democracia. Tal processo mostrou para a Gestão Educacional brasileira a consolidação da hegemonia de um projeto iniciado a partir do desmonte do Estado de direito democrático social, instituído pela Constituição de 1988 (FERNANDES, 2010). Assim, a educação básica no Brasil se tornou bem complexa, a partir da implantação das reformas educativas que tinham como objetivo igualdade no acesso à educação, melhoria na qualidade e nos serviços educacionais, estabelecimento de um sistema de informação que tornasse público os resultados do sistema educacional, reformulação curricular, descentralização educacional e maior autonomia de gestão para as escolas (RODRIGUEZ, 2008).

Este cenário de mudanças e reformas teve em vista a formação de um homem empreendedor, do ponto de vista técnico, e de um colaborador, do ponto de vista ético e político, características essenciais para o intelectual urbano contemporâneo, dentro dos marcos da hegemonia burguesa (NEVES, 2005). Aqui a concepção de gestão gerencial foi introduzida na gestão dos sistemas de ensino e das unidades escolares, figurando no âmbito do planejamento como uma alternativa ao planejamento tradicional, de curto prazo e setorial, excessivamente técnico e centralizado e com utilização das

abordagens metodológicas de demanda social (FREITAS; SCAFF; FERNANDES; OLIVEIRA, 2014).

Tais reformas alcançaram a educação e afetaram o cotidiano escolar, já que apesar dos discursos sobre melhoria na educação, a economia obrigou o Estado a reduzir gastos no campo social. Tem ocorrido uma reformulação dos sistemas de ensino, concernente a sua massificação, o que amplia o nível de acesso, principalmente no ensino fundamental. A descentralização, autogestão e autonomia escolar também foram aprofundadas num curso privatista, já que a descentralização é uma estratégia política que demonstra a falta de compromisso do Estado com a educação pública e com a edificação de um projeto de democratização educacional (RODRIGUEZ, 2008). Assim, entre 1995 e 2002, aconteceram várias alterações, marcada por políticas focalizadoras enfatizadas no ensino fundamental, que buscavam igualdade com o intuito de selecionar e destinar recursos para metas tidas como indispensáveis.

Este governo foi orientado no campo legal pela promulgação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), Lei n. 9.424 (BRASIL, 1996a), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996b), que direcionaram várias conquistas educacionais expressas na Constituição de 1988 de maneira reducionista.

Estas reformas trouxeram uma nova regulamentação educativa, caracterizada pela centralidade atribuída à administração escolar, processo também colocado em prática nos anos 2000. Assim, a configuração de sistemas educativos foi alterada nos aspectos físicos e organizacionais sob critérios de produtividade e excelência que expressam uma regulação enraizada nos parâmetros de mercado, mesmo que seja dirigida por uma instituição pública e estatal. Para isto o setor educacional deve ser um canal difusor e materializador do consenso construído pelo bloco hegemônico no poder. Para a gestão da educação foram dirigidos os processos de descentralização, administração gerencial e a substituição do desenho público pelas parcerias com voluntários (ALVES; ALVES; FERNANDES, 2014).

Com estas mudanças a gestão democrática perdeu espaço, acabando por cedê-lo à gestão gerencial, seguindo o mercado como padrão de qualidade. Assim, a gestão gerencial busca administração por objetivos em escala organizacional, com componentes substanciais de divisão de trabalho, racionalidade instrumental e hierarquia estrutural, almejando a qualidade total no setor educacional. Dessa maneira, não é possível dizer que

o MEC só desenvolve programas voltados para a gestão gerencial. No contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação/2007 (PDE) e no Plano de Metas Educação para Todos (Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007), as ações do MEC acentuam o papel de regulação da administração central e a gestão por resultados, sem a desativação de programas orientados para fomentar a gestão democrática.

Já no século XXI o governo realizou ações reorientadas, principalmente a partir de 2003, pautando sua atuação na defesa da educação de qualidade com foco na inclusão e na democratização. Como resultado houve alterações nos marcos regulatórios vigentes para a Educação Básica e Superior, já que estes estavam pautados na ótica gerencial e patrimonial (DOURADO; CURY, 2006). A partir de 2003 foram implantadas iniciativas voltadas para a gestão da educação básica, que buscaram colaborar com o processo de redemocratização na escola.

Neste período o governo federal buscou implementar um projeto não excludente de desenvolvimento para o país, capaz de unir desenvolvimento econômico e distribuição de renda e justiça social, apresentando ações focadas na diversidade para alguns grupos da sociedade, buscando garantir a igualdade social e educacional, efetivando o direito de todos à educação (MOEHLECKE, 2007). Também valorizou a articulação entre políticas de expansão e melhoria da qualidade educacional e políticas direcionadas aos grupos sociais, atendendo interesses particulares de determinados grupos.

Além disso, apresentou políticas centralizadoras e reguladoras de gestão, que davam ênfase à gestão gerencial, à racionalidade técnica e à racionalidade substantiva, tendo em vista a busca por resultados quando os gestores das escolas apenas cumprem o papel de colocar em prática ações pré-estabelecidas pelo governo federal. Considerando resultados de avaliações de larga escala, a racionalidade substantiva dá foco a objetivos e metas educacionais tangíveis (ALVES, 2010).

Assim, ao mesmo tempo em que defendia a articulação, o governo também defendia a descentralização, possibilitando que os elementos da sociedade local e escolar participassem da instituição educativa durante a formulação do projeto político-pedagógico e no ajuntamento de programas e ações a ela destinados de acordo com a realidade. Logo, mesmo com a orientação do MEC, as instituições educacionais não o seguem a risca ao implementar programas, já que os cidadãos atuantes nessas instituições formulam políticas educacionais de acordo com seus valores, influenciando-as (PALUMBO, 1994).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como intenção trazer discussões sobre gestão educacional e política, focando numa análise sobre as discussões ocorridas nesta área na virada do século XX para o XXI no Brasil, orientadas principalmente por uma visão neoliberal seguida pelos governos no poder nesta época. Com isto a intenção do texto é tentar fazer uma alerta, considerando a atual situação de polarização política brasileira.

Buscando alcançar este objetivo foi apresentada uma discussão referente às concepções de gestão educacional, apontando as diferenças deste conceito com o de administração educacional, que vão além das diferenças semânticas. Em seguida, foi trazida uma discussão sobre a natureza da política educacional como política integrada às políticas públicas promovidas por governos. Feito isto, a análise partiu para a discussão sobre a situação e as transformações que a gestão educacional no Brasil passou durante a década de 1990, logo após o período de redemocratização.

Com isto, espera-se chamar a atenção do leitor para as relações entre a política, gestão e educação, focando nas consequências desta relação no período analisado, sob a predominância do neoliberalismo como projeto político, que acabou por influenciar a gestão educacional brasileira. Assim, considerando o revivido debate sobre a possibilidade de governos da atualidade retomarem esta proposta, espera-se que o texto tenha colocado alguns pontos a nível de reflexão, mostrando que a educação não deve ser tratada apenas como uma instância produtiva de mão de obra para o mercado, mas sim como a responsável por criar sujeitos autônomos e com capacidade crítica, que busquem melhorar a sociedade e o mundo no qual vivem.

REFERÊNCIAS

ALMANDOZ, Maria Rosa; VITAR, Ana. Caminhos da inovação: as políticas e as escolas. In: VITAR, Ana; ZIBAS, Dagmar; FERRETTI, Celso; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. (Org.). **Gestão de inovações no ensino médio**. Argentina, Brasil, Espanha. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

ALVES, A. V. **Fortalecimento de Conselhos Escolares: propostas e práticas em municípios sul-mato-grossenses**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). FAED, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados/MS, 2010, 151p.

_____ ; ALVES, Andrêssa Gomes de Rezende; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. A gestão da educação no contexto da política educacional do estado de Mato Grosso do Sul. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v. 4, n. 12, p. 104-117, set./dez. 2014.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998. In: BRASIL. Congresso. Senado. **500 anos de legislação brasileira**. 2. ed. Brasília, 2001c. CD3: Brasil República.

_____. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. In: BRASIL. Congresso. Senado. **500 anos de legislação brasileira**. 2. ed. Brasília, 2001d. CD3: Brasil República.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, 23 dez. 1996a.

_____. **Lei nº 9.424, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, 26 dez. 1996b.

DOURADO, L. F.; CURY, C. R. J. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância. Pro funcionário, modulo 6, 2006.

FERNANDES, M. D. E. **Recentes regulações na gestão da educação da Educação Básica Brasileira: entre o Estado e o mercado**. 2010. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/76.pdf>>. Acesso em: 2 jan. de 2023.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de; SCAFF, E.; FERNANDES, M. D. E; OLIVEIRA, S. M. B de. *PDE: evidências do município de Dourados*. In: FONSECA, M; TOSCHI, M. S; **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.4, n.12, p.104-117, set./dez. 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUCK, Heloísa. A evolução da gestão educacional a partir de mudança paradigmática. **Gestão em Rede**, n. 03, 1997, p. 13-18.

MELO, M. P. de; FALLEIROS, I. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia – estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

MOEHLECKE, S. As Políticas de Diversidade na Educação no Governo Lula. In: **31º Encontro Anual da ANPOCS**, 2007, Caxambu-MG. Anais do 31º Encontro Anual da ANPOCS, 2007.

NEVES, L. M. W. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: _____. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia – estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

PALUMBO, D. J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: **Política de capacitação dos profissionais da educação**. Belo Horizonte: FAE/IRHJP, 1989. p. 35-61. (Original: PALUMBO, Dennis J. Public Policy in América – Government in Action. 2. ed. Tradução: Adriana Farah. Harcourt Brace & Company, 1994.

PEDRO, Francesc; PUIG, Irene. **Las reformas educativas. una perspectiva política y comparada**. Barcelona: Paidós, 1998.

RODRIGUEZ, M.V. Reformas educacionais e proletarização do trabalho docente. **Acta Scientiarum: Human and Social Sciences**, Eduem, Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, v. 30, n.1, 2008.

SAVIANI, D. **A nova Lei da educação: subtítulo, trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

VALÉRIEN, Jean. **Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestões de aperfeiçoamento**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco - Mec, 1993.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **RBPAE – V. 23, N. 1, P. 53-69, jan./abr. 2007**.